

**MINUTA DE EDITAL**  
**CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2025**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3768/2025**  
**INEXIGIBILIDADE Nº 40/2025**

**CONVÊNIO AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA - (CONV. Nº 10/2025PGE- SEAGRI)**

**1. PREÂMBULO**

1.1. O MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA – RO, por meio do Agente de Contratação e Equipe de Apoio, nomeados através da Portaria 055/2024, torna público, para o conhecimento dos interessados, que está instaurando o processo de “**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PRODUTORES RURAIS PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS ATRAVÉS DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DE ROLIM DE MOURA – PAA – CONV. Nº 10/2025PGE- SEAGRI**”, tendo para fins de recebimento das propostas de gêneros alimentícios da agricultura familiar e habilitação, para celebração de Acordo de Cooperação com o Município de Rolim de Moura, para a destinação de alimentos adquiridos através do Programa de Aquisição de Alimentos de Rolim de Moura, visando o fomento da agricultura familiar no Município de Rolim de Moura, nos termos da Lei Municipal 4.563 de 08 de abril de 2025 e do Decreto nº 6.594 de 12 de maio de 2025.

**2. OBJETO**

2.1. Credenciamento de agricultores que atuam na Agricultura Familiar e suas organizações interessadas em firmar com a Secretaria Municipal de Agricultura/Prefeitura Municipal de Rolim de Moura - RO, contrato para fornecimento de gêneros alimentícios que serão repassados a unidades receptoras também credenciadas a secretaria para tal finalidade, através de recursos próprios e do **CONVÊNIO Nº 10/2025/PGE-SEAGRI**.

2.2. O valor total estimado é de **R\$ 1.068.000,00 (um milhão, sessenta e oito mil reais)**, sendo R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais) oriundos do **Convênio nº 01/2025/PGE/SEMAGRI**, e R\$ 738.000,00 (setecentos e trinta e oito mil reais) provenientes de recursos próprios, conforme execução orçamentária-programática. Os preços praticados garantem economicidade e estão alinhados com os objetivos da política pública voltada ao fortalecimento da agricultura familiar.

### 3. JUSTIFICATIVA

3.1. No Brasil cerca de 70% dos alimentos que chegam a mesa dos brasileiros são oriundos da agricultura familiar, sendo esse um número relevante que ainda pode ser melhorado. Considerando tamanha expressividade das pequenas propriedades, pois são nelas onde se gera o maior número de empregos rurais, necessitando-se de investimentos e subsídios do poder público para potencializar este grupo. Os pequenos produtores têm dificuldades em comercializar seus produtos em mercados devido ao pouco volume de produção.

3.2. O município através da Secretaria Municipal de Agricultura tem por objetivo contribuir com os pequenos produtores garantindo a competitividade desses com os grandes produtores do estado, que podem adquirir maquinário pesado, contratar funcionários e diminuir a margem de lucro por produto com objetivo de obter mais lucro em larga escala. Portanto, faz-se necessário manter essas pessoas no mercado de trabalho, o que contribui para uma melhor distribuição de renda e mantém o campo, produzindo alimentos mais saudáveis para a população.

### 4. DOS CRITÉRIOS PARA CREDENCIAMENTO

4.1. Os interessados que desejarem se credenciar para participar do Chamamento Público, deverão entregar os **envelopes a partir do dia 26 de agosto com início às 08:00 horas (horário local)** e permanecerá aberto o prazo até dia **25 de Setembro de 2025 do horário das 08:00 às 13:00h** na Sala da Comissão Permanente de Licitações - CPL, situada na Av. João Pessoa, 4478, Centro.

4.2. **Para fins de agilização da fase de habilitação do chamamento, todos os volumes poderão ser, encadernados (na forma como decidir o competidor), com todas as folhas rubricadas pelo (s) representante (s) legal(is) da empresa e numeradas em ordem crescente.**

4.3. O Instrumento Convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis para consulta e retirada no endereço acima mencionado, e, ainda, no site [www.rolimdemoura.ro.gov.br](http://www.rolimdemoura.ro.gov.br), através do Portal da Transparência, e no Portal Nacional de Contratações Públicas - <https://www.gov.br/pncp/pt-br>.

### 5. DOS PRODUTORES A SEREM ATENDIDOS

5.1. Conforme disposição contida no item 13 do Termo de Referência (ANEXO I DO EDITAL).

### 6. DOS PRAZOS PARA SELEÇÃO

6.1. O edital estará disponível a partir da data de publicação e encerramento após 30 dias corridos contados a partir do dia 26 de agosto de 2025.

6.2. A divulgação do edital, atas e resultado será efetuada no Portal do Município, ([www.rolimdemoura.ro.gov.br](http://www.rolimdemoura.ro.gov.br)), no Diário Oficial do Município (AROM) e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

6.3. Os prazos fixados no subitem 6.1 poderão ser alterados a critério da SEMAGRI, mediante publicação de documentos oficiais.

## **7. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO**

7.1. Recursos contra este edital poderão ser protocolados no período de até 3 dias úteis antes da data de abertura da sessão pública, conforme estabelecido pelo artigo 164 da lei.

7.2. Os esclarecimentos poderão ser solicitados via e-mail ([cpl@rolimdemoura.ro.gov.br](mailto:cpl@rolimdemoura.ro.gov.br)) aos cuidados da Comissão de Licitação ou entregues na Sala do Departamento de Licitações.

## **8. DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS**

8.1. Será exigida que a cooperativa ou o produtor individual encaminhe a documentação, podendo ser impressa organizada, sem rasuras, em envelope lacrado e/ou de forma digitalizada em formato PDF via e-mail [cpl@rolimdemoura.ro.gov.br](mailto:cpl@rolimdemoura.ro.gov.br) (Conforme item 12 do Termo de Referência – Anexo I do Edital).

8.2. Se for enviado documento impresso o envelope deverá ser na seguinte apresentação (etiqueta):

### **À COMISSÃO DE CHAMAMENTO**

PAA-ROLIM DE MOURA	
CHAMADA PÚBLICA Nº 000/2025	
HORA: 08:00H ÀS 13:00H - DATA: xx/xx//2025 À xx/xx/2025	
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES	
ENDEREÇO: AV. JOÃO PESSOA, NÚMERO 4478, BAIRRO CENTRO, ROLIM DE MOURA/RO	
CEP 76.940-000. (PREFEITURA MUNICIPAL)	
Identificação do produtor/instituição:	
Data da entrega do envelope: ____/____/____	Hora: ____:____
Responsável pelo recebimento do envelope: _____	

8.3. O envelope deverá ser entregue na sala do Departamento de Compras e Licitações, no endereço supracitado, de segunda até sexta-feira, nos horários de 08:00h às 13:00h.

8.4. Será admitida a remessa do envelope pelos Correios, desde que recebido na sala do Departamento de Compras e Licitações, até a data e horário limite estipulados para credenciado no chamamento. No caso de envio da documentação DIGITALIZADA, os arquivos em PDF deverão ser encaminhados para o seguinte e-mail: [cpl@rolimdemoura.ro.gov.br](mailto:cpl@rolimdemoura.ro.gov.br).

**8.5. ENVELOPE 1. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO - COOPERATIVAS** - deverá conter os seguintes documentos:

8.5.1. Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ (Ativo);

8.5.2. Certidões conforme item g e seus subitens do Anexo IV do Edital;

8.5.3. Cópia do CPF e RG dos representantes legais da cooperativa (presidente, vice-presidente e tesoureiro);

8.5.4. Cópia da ATA de fundação da cooperativa e de eleição da atual gestão;

8.5.5. Cópia de comprovante de localização da sede da cooperativa atualizado.

**8.6. ENVELOPE 2. DA DOCUMENTAÇÃO PROPOSTA DE VENDAS – COOPERATIVAS** - deverá conter os seguintes documentos:

8.6.1. Proposta de Venda devidamente assinada pelos representantes legais da Cooperativa (Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro) / proposta individual com assinatura do produtor. O modelo da Proposta de Venda é o constante no Anexo III do Edital;

8.6.2. Declaração de Responsabilidade – é o Termo de Compromisso da Organização Fornecedora (Cooperativa) devidamente assinada pelos representantes legais (Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro) e por todos os agricultores partícipes da Proposta de Venda, conforme Anexo XII do Edital;

8.6.3. Demais documentos que comprovem pontuação;

**8.7. ENVELOPE 1. DA DOCUMENTAÇÃO HABILITAÇÃO – PRODUTOR INDIVIDUAL** - deverá conter os seguintes documentos:

8.7.1. Cópia do CPF (Ativo) e RG;

8.7.2. Cópia da inscrição estadual ativa como produtor rural (pode ser emitida em consulta pública à REDESIN)

8.7.3. Certidões conforme item f e seus subitens do anexo V do edital;

8.7.4. Cópia de comprovante de residência atualizado.

**8.8. ENVELOPE 2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA PROPOSTA DE VENDAS – PRODUTOR INDIVIDUAL** - deverá conter os seguintes documentos:

8.8.1. Proposta de Venda - devidamente assinada pelo produtor. O modelo da Proposta de Venda é o constante no Anexo II do edital;

8.8.2. Demais documentos que comprovem pontuação;

8.9. Observação: As certidões Positivas com Efeito de Negativas servirão como Certidões Negativas.

8.10. Os documentos de habilitação que não possuírem data de validade serão considerados válidos pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da emissão, exceto as declarações eletrônicas.

8.11. Se a documentação de habilitação não for aceitável (não estiver completa, correta ou contrariar qualquer dispositivo do Edital), a Comissão considerará o proponente inabilitado, desde que não se refiram a certidões que possam ser verificadas eletronicamente, havendo possibilidade, resguardada a isonomia, e desde que se apresentem na validade no momento da consulta.

8.12. Os documentos de identificação e credenciamento serão analisados e julgados pela Comissão De Licitações e, em sendo necessário, conjuntamente com equipe técnica da SEMAGRI.

8.13. A sessão de abertura dos envelopes é pública, podendo participar representantes das entidades que entregaram propostas ou procuradores devidamente identificados, bem como qualquer pessoa interessada no certame.

8.14. A Comissão de Chamamento não se responsabilizará por envelopes de “Documentação de Habilitação” e “Documentos de Proposta” que sejam apresentados, fora do prazo estabelecido, definidos neste Edital.

8.14.1. O não cumprimento dos prazos e formas estabelecidos neste Edital, bem como a ausência de quaisquer documentos nele solicitados acarretará na eliminação da entidade participante desta seleção.

**8.14.2. Para fins de agilização da fase de habilitação do chamamento, todos os volumes poderão ser, encadernados (na forma como decidir o competidor), com todas as folhas rubricadas pelo (s) representante (s) legal(is) da empresa e numeradas em ordem crescente.**

8.14.3. Os documentos exigidos poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou autenticada por servidor no ato do recebimento, sob pena de inabilitação.

8.14.4. Não serão considerados documentos e propostas que deixarem de atender as disposições deste Edital.

8.14.5. Não serão admitidas, sob quaisquer motivos ou hipóteses, modificações ou substituições das propostas ou de quaisquer documentos.

8.14.6. Os documentos de habilitação e propostas apresentados fora da data e horário previsto no preâmbulo deste Edital não serão recebidos.

8.14.7. A validade das certidões emitidas pela INTERNET, fica condicionada à confirmação no endereço eletrônico específico.

**8.14.8. Parágrafo Único:** A Proposta de Venda deverá conter no máximo 50 (cinquenta) tipos de produtos em se tratando de cooperativa, e no máximo 20 (vinte) produtos em se tratando do produtor individual, observando-se:

8.14.9. Produtos *in natura* deve ser da safra vigente;

8.14.10. Produtos industrializados/processados/beneficiados: pelo menos um dos produtos caracterizados como matéria-prima deve ser da produção própria do Beneficiário Fornecedor. O prazo de validade deverá estar compatível com a capacidade de consumo e o período de execução do projeto.

8.14.11. Produtos orgânicos/agroecológicos: devem seguir a regulamentação contida na Lei N.º 10.831/2003 e Decreto N.º 6.323/2007, estando o produto certificado: por Auditoria, por Sistema Participativo de Garantia (OPAC) ou por Organização de Controle Social (OCS), nos termos da Lei, cujo documento comprobatório deve ser apresentado com a Proposta de Venda.

8.14.12. Os Beneficiários Fornecedores deverão constar no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (disponível no sítio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e apresentar a Declaração do Cadastro Nacional emitido pelo MAPA junto com a Proposta de Venda.

## **9. DA APRESENTAÇÃO DE RECURSOS**

9.1. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado em relação à avaliação da documentação, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de até 03 (três) dias úteis contados a partir do encerramento do credenciamento, ficando, nesse período, autorizadas vistas ao processo.

9.2. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato do credenciamento, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso. O recurso deverá ser protocolado ou enviado por via email a Comissão do Chamamento.

9.3. A Autoridade Superior poderá decidir pela reconsideração ou manutenção da decisão, devendo, neste caso, expedir decisão definitiva.

9.4. Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderão interpor recurso.

9.5. Serão conhecidos somente os pedidos de revisão tempestivos, motivados e não protelatórios.

9.6. Os resultados dos recursos interpostos serão comunicados diretamente aos recorrentes.

**9.7. Havendo renúncia expressa de todos os participantes ao direito de interpor recurso contra o credenciamento no ato em que foi adotada a decisão, a Comissão realizará imediatamente o sorteio das credenciadas, de tudo lavrando-se Ata.**

## **10. DAS CONDIÇÕES**

10.1. As organizações e produtores interessados em participar da chamada pública deverão atender as seguintes condições cumulativamente:

10.1.1. A cooperativa ficará obrigada a ter sede física no município de Rolim de Moura, bem como o produtor individual deverá ser residente do município.

10.1.2. Em seu estatuto social (em caso de cooperativa) definirem expressamente sua natureza, objetivo, missão e público alvo;

10.1.3. Ter inscrição estadual ativa como produtor rural (produtor individual);

10.1.4. No caso de cooperativas comprovar existência mínima de 2 (dois) anos, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;

10.1.5. Não é permitida qualquer oneração ao beneficiário final como condição para participar da proposta de venda dos alimentos no Programa de Aquisição de Alimento de Rolim de Moura.

10.1.6. Não é permitida a atuação em rede.

## **11. DAS CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

11.1. Conforme item 12 e 13 do Termo de Referência – ANEXO I DO EDITAL.

## **12. DOS PRAZOS**

<b>Etapas</b>	<b>Descrição</b>	<b>Data</b>
1	Publicação do Edital de Chamamento Público.	xx/xx/2025
2	Recurso contra edital	xx/xx/2025 a xx/xx/2025
3	Análise dos recursos referentes ao edital pela Comissão de Seleção (se houver)	xx e xx/xx/2025
4	Resultado do recurso	xx/xx/2025
5	Recebimento das propostas.	xx/xx/2025 a xx/xx/2025
6	Etapas competitivas de avaliação e julgamento das propostas pela Comissão de Seleção.	xx/xx/2025 a xx/xx/2025
7	Divulgação do resultado preliminar.	xx/xx/2025
8	Interposição de recursos contra o resultado preliminar	xx/xx/2025

9	Análise dos recursos contra o resultado preliminar pela Comissão de Seleção	xx/xx/2025
10	Divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).	xx/xx/2025
11	Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção.	xx/xx/2025

### **13. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

13.1. Conforme disposto no item 14 do Termo de Referência.

### **14. DA CELEBRAÇÃO DO TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO**

14.1. Homologado o resultado das cooperativas e produtores contemplados serão convocados para celebração e formalização do Acordo de Cooperação.

14.2. É condição para celebração do Acordo de Cooperação que as certidões estejam dentro do prazo de validade.

14.3. As organizações e produtores convocados para celebrarem o Acordo de Cooperação terão o prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir do recebimento da notificação, para assinatura do Acordo, sob pena de ser considerada desistente;

14.4. Caso a organização ou produtor não celebre o Acordo de Cooperação no prazo estipulado ou por qualquer outro motivo, fica a critério da SEMAGRI convocar a próxima organização ou produtor classificado.

### **15. DA HABILITAÇÃO**

15.1. Para participar da Chamada Pública os agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais (e demais beneficiários que se enquadram nas disposições da Lei Federal nº 11.326/2006) **devem estar organizados em Cooperativas ou podendo participar individualmente.**

15.2. Serão considerados habilitados aqueles que apresentarem as documentações abaixo, conforme o caso, bem como as propostas de venda devidamente assinadas:

15.2.1. Produtores individuais:

15.2.1.1. Cópia do CPF (Ativo) e RG;

15.2.1.2. Cópia da inscrição estadual ativa como produtor rural (pode ser emitida em consulta pública à REDESIN);



15.2.1.3. Certidões conforme item **f** e seus subitens do anexo V do edital, as certidões Positivas com Efeito de Negativas servirão como Certidões Negativas;

15.2.1.4. Cópia de comprovante de residência atualizado.

15.2.2. Cooperativas:

15.2.2.1. Cópia de inscrição no Cadastro de Pessoa Jurídica – CNPJ (Ativo);

15.2.2.2. Certidões conforme item **g** e seus subitens do anexo IV do edital, as certidões Positivas com Efeito de Negativas servirão como Certidões Negativas;

15.2.2.3. Cópia do CPF e RG dos representantes legais da cooperativa (presidente, vice-presidente e tesoureiro);

15.2.2.4. Cópia da ATA de fundação da cooperativa e de eleição da atual gestão;

15.3. A entrega da documentação de habilitação dos PRODUTORES INDIVIDUAIS e COOPERATIVAS será na forma do item 4 do Edital, onde será realizado o recebimento da PROPOSTA DE VENDA e demais documentos onde serão aplicados os critérios de pontuação (quadro de pontuação).

15.4. A não confirmação dos critérios de pontuação ou a não apresentação da documentação prevista ou a não realização dos ajustes apontados, implicará a desclassificação da Proposta de Venda.

## **16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Conforme item 9 do Termo de Referência.

## **17. DAS CONDIÇÕES GERAIS**

17.1. A SEMAGRI reserva-se o direito de alterar o Termo de referência, por conveniência da Administração, sem que caiba às entidades participantes do processo de seleção direito a qualquer indenização. Caso as eventuais alterações tenham repercussão na habilitação e ensejem sua adequação, será fixado novo prazo para sua apresentação.

17.2. É facultado a Comissão Especial de Chamamento Público promover diligências destinadas a esclarecer o processo, bem como solicitar a comprovação de qualquer informação apresentada pela entidade.

1.1.1. A efetiva celebração dos Acordos de Cooperação dar-se-á por ordem de classificação, até o limite fixado pela SEMAGRI para tal finalidade: conforme disposto no Decreto Nº 6.594/20225, art. 14, o valor destinado a cada produtor será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com isso será credenciados produtores sucessivamente conforme classificação, até que seja abrangido o recurso destinado para este processo, em caso de não preenchimento de todas as vagas, aceitar-se-á proposta de cooperativas com valor referente ao ocioso das vagas remanescentes até o limite de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) por organização de agricultores. Produtores cadastrados de forma individual estarão automaticamente desabilitados para cadastro via cooperativa.

17.3. O credenciamento poderá ser anulado a qualquer tempo se constatada: documentação incompleta, falsificação de documento, inveracidade das informações ou qualquer outra ilegalidade no processo.

17.4. O chamamento público pode ser revogado por conveniência da Administração Pública, através de decisão fundamentada, sem que caiba aos participantes qualquer indenização.

17.5. A SEMAGRI realizará o acompanhamento periódico do projeto a fim de assegurar sua eficácia e o resultado social previsto quando da apresentação dos projetos.

17.6. Para execução do objeto do Acordo de Cooperação as cooperativas e produtores individuais deverão observar os princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e ética pública, bem como os ditames da Lei n.º 14.133/21, no que couber.

17.7. É vedada a delegação da execução do objeto do termo de referência à Terceiros.

17.8. Em caso de dúvidas sobre os dispositivos do Termo de Referência a **SEMAGRI** coloca a disposição o contato via e-mail: [cpl@rolimdemoura.ro.gov.br](mailto:cpl@rolimdemoura.ro.gov.br).

## **18. DO FORO**

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rolim de Moura para dirimir os eventuais litígios e dúvidas que possam surgir.

## **19. ANEXO DO EDITAL:**

19.1. São partes integrantes deste edital os seguintes anexos:

19.2 ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA; (DISPENSADA APRESENTAÇÃO)

19.2.1 Apêndice I: – Lista de Produtos

19.3 ANEXO II - PROPOSTA DE VENDA – PRODUTOR INDIVIDUAL

19.4 ANEXO III - PROPOSTA DE VENDA – COOPERATIVA

19.5 ANEXO IV - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PARA AS COOPERATIVAS

19.6 ANEXO V - DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PARA PRODUTOR INDIVIDUAL

19.7 ANEXO VI - TERMO DE RECEBIMENTO E ACEITABILIDADE - (Após o início das entregas de alimentos)

19.8 ANEXO VII - RELATÓRIO DE ENTREGA – COOPERATIVA - (Após o início das entregas de alimentos)

19.9 ANEXO VIII - RELATÓRIO DE ENTREGA – PRODUTOR INDIVIDUAL

19.10 ANEXO IX - RELATÓRIO DE PAGAMENTOS

19.11 ANEXO X - SOLICITAÇÃO DE ALTERAÇÕES

19.12 ANEXO XI - INFRAÇÕES E PENALIDADES

19.13 ANEXO XII - TERMO DE COMPROMISSO DA ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA

19.14 ANEXO XIII - MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO/CONTRATO

Rolim de Moura/RO, 21 de julho de 2025.

**EDNEI RANZULA DA SILVA**

Chefe do Departamento de Compras e Licitações

Portaria 113/2023

## **ANEXO I**

### **TERMO DE REFERÊNCIA**

#### **1. OBJETO (L 4.563/2025 Art. 1º e DECRETO Nº 6.594/2025 CAP II SEÇÃO I)**

1.1. Credenciamento de fornecedores de alimentos através de chamada pública.

#### **2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (LEI 4.563/2025 Art. 1º E 3º) JUSTIFICATIVA HISTÓRICA DOS QUANTITATIVOS/ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO/CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE.**

2.1. Em 08 de abril de 2025 entrou em vigor a lei 4.563 que institui PAA - Programa de Aquisição de Alimentos de Rolim de Moura, na modalidade de compra e doação simultânea, sendo esta regulamentada pelo Decreto 6.594, de 12 de maio de 2025, este que apresenta as disposições gerais referente a realização do PAA Rolim de Moura.

2.2. Com este espera-se fortalecer a agricultura familiar local promovendo a sua inclusão econômica e social, produção com sustentabilidade, processamento e industrialização de alimentos e geração de renda, além de incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos por esta e promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável.

2.3. Por tudo isso, faz-se necessário o credenciamento de produtores para que atuem como fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos, que serão credenciados conforme decisão do Comitê Gestor do PAA Rolim de Moura.

2.4. O pagamento será feito com base nas diretrizes apontadas na seção V do capítulo II do Decreto 6.594/2025, respeitados os limites de aquisição estabelecidos no artigo 14, sendo estabelecido que o valor anual máximo a ser pago é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por unidade familiar.

2.5. O município através da Secretaria Municipal de Agricultura tem por objetivo contribuir com os pequenos produtores garantindo a competitividade desses com os grandes produtores do estado, que podem adquirir maquinário pesado, contratar funcionários e diminuir a margem de lucro por produto com objetivo de obter mais lucro em larga escala. Portanto, faz-se necessário manter essas pessoas no mercado de trabalho, o que contribui para uma melhor distribuição de renda e mantém o campo, produzindo alimentos mais saudáveis para a população.

2.6. Dessa forma, é importante estimular a produção familiar garantido que parte dela seja vendida para o município, que repassará os alimentos para as unidades receptoras, que por sua vez, também serão cadastradas no Programa através de chamamento específico.

#### **3. ENQUADRAMENTO DO OBJETO (LEI 4.563/2025. Art. 3º)**

3.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de gêneros alimentícios, conforme Lei Nº 4.563/2025, desta forma, a estrutura procedimental chamamento público conforme a mesma lei, não afeta a análise da qualidade do objeto licitado ou importa em prejuízos ao interesse público.

#### **4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, REGIME DE EXECUÇÃO E METODOLOGIA (L 4.563/2025 Decreto Nº 6.594/2025)**

4.1. Classificação da Natureza da Despesa é 33.90.32 – material, bem ou serviço para distribuição gratuita.

4.2. O fornecimento deverá contar com as seguintes especificações:

ITEM	PRODUTO	UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO.
1	ABACATE	KG
2	ABACAXI	KG
3	ABÓBORA CABOTIÃ	KG
4	ABÓBORA CAIPIRA/COMUM	KG
5	ABÓBORA MADURA/SECA	KG
6	ABÓBORA MORANGA	KG
7	ABOBRINHA VERDE	KG
8	AÇAFRÃO BENEFICIADO	KG
9	ALFACE	KG
10	ALFACE HIDROPÔNICA	KG
11	ALMEIRÃO	KG
12	AMENDOIM COM CASCA	KG
13	AMENDOIM DESCASCADO	KG
14	ARROZ BENEFICIADO TIPO 1	KG
15	BANANA DA TERRA (FRITAR)	KG
16	BANANA MAÇÃ	KG
17	BANANA NANICA	KG
18	BANANA PRATA	KG
19	BATATA DOCE	KG
20	BERINJELA	KG
21	BETERRABA	KG
22	BISCOITO DE COCO	KG
23	BISCOITO POLVILHO	KG
24	BOLACHA CASEIRA DE POLVILHO	KG
25	BOLO CASEIRO DE FUBÁ	KG
26	BOLO CASEIRO DE MANDIOCA	KG
27	BROA DE FUBÁ	KG
28	CAFÉ TORRADO E MOÍDO	KG
29	CARÁ	KG
30	CARNE BOVINA (CHARQUE)	KG
31	CARNE SUÍNA DE PRIMEIRA	KG
32	CASTANHA DO BRASIL COM CASCA	KG
33	CASTANHA DO BRASIL SEM CASCA À VÁCUO	KG
34	CEBOLA	KG
35	CEBOLINHA VERDE	KG
36	CENOURA	KG
37	COCO VERDE	DÚZIA

38	COENTRO	KG
39	COLORAU	KG
40	COUVE	KG
41	DOCE DE BANANA	KG
42	DOCE DE GOIABA	KG
43	DOCE DE LEITE	KG
44	FARINHA DE MANDIOCA (SECA)	KG
45	FEIJÃO CARIOCA TIPO I	KG
46	FEIJÃO DE PRAIA	KG
47	FEIJÃO PRETO TIPO I	KG
48	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG
49	FRANGO CAIPIRA (ABATIDO)	KG
50	FRANGO CAIPIRÃO (ABATIDO)	KG
51	FRANGO DE GRANJA (ABATIDO)	KG
52	FUBÁ DE MILHO	KG
53	GOIABA FRUTA	KG
54	INHAME	KG
55	IOGURTE	LITRO
56	JILÓ	KG
57	LARANJA PERA	KG
58	LEITE DE VACA PASTEURIZADO	LITRO
59	LIMÃO GALEGO	KG
60	LIMÃO ROSA	KG
61	LIMÃO TAITI	KG
62	MAMÃO COMUM/CAIPIRA	KG
63	MAMÃO HAVAI/PAPAIA	KG
64	MANDIOCA COM CASCA	KG
65	MANDIOCA DESCASCADA À VÁCUO	KG
66	MANTEIGA	KG
67	MARACUJÁ (FRUTOS)	KG
68	MAXIXE	KG
69	MEL DE ABELHA	KG
70	MELADO DE CANA	KG
71	MELANCIA	KG
72	MELÃO AMARELO	KG
73	MILHO VERDE EM ESPIGA SEM PALHA	KG
74	OVOS DE CODORNA	DÚZIA
75	OVOS DE GALINHA (CAIPIRA)	DÚZIA
76	OVOS DE GALINHA (GRANJA)	DÚZIA
77	PAMONHA	KG
78	PÃO DE ABÓBORA	KG

79	PÃO DE MANDIOCA	KG
80	PEIXE PINTADO INTEIRO FRESCO	KG
81	PEIXE PIRARUCU INTEIRO FRESCO	KG
82	PEIXE TAMBQUI INTEIRO FRESCO	KG
83	PEPINO	KG
84	PIMENTA DE CHEIRO	KG
85	PIMENTÃO VERDE	KG
86	POLPA DE ARAÇÁ	KG
87	POLPA DE ABACAXI	KG
88	POLPA DE AÇAÍ	KG
89	POLPA DE ACEROLA	KG
90	POLPA DE CACAU	KG
91	POLPA DE CAJÁ	KG
92	POLPA DE CAJU	KG
93	POLPA DE CUPUAÇU	KG
94	POLPA DE GOIABA	KG
95	POLPA DE GRAVIOLA	KG
96	POLPA DE MARACUJÁ	KG
97	POLPA DE TAMARINDO	KG
98	QUIABO	KG
99	RABANETE	KG
100	RAPADURA	KG
101	REPOLHO	KG
102	REQUEIJÃO DE CORTE	KG
103	RÚCULA	KG
104	SALSA	KG
105	TANGERINA MORGOTE	KG
106	TANGERINA MEXERICA	KG
107	TANGERINA PONKAN	KG
108	TOMATE	KG
109	TOMATE CEREJA	KG
110	VAGEM	KG

4.3. A forma de fornecimento do objeto deste Termo de Referência deverá ser a de **entrega parcelada, conforme cronograma** aprovado pelo Comitê Gestor do PAA Rolim de Moura.

4.4. Os produtos processados deverão ter prazo de validade não inferior a 45 (quarenta e cinco) dias.

4.5. Em caso de excesso de oferta de determinado produto, fica a critério do Comitê Gestor do PAA Rolim de Moura estabelecer limites de quantidade, considerando a sazonalidade, capacidade de consumo, perecibilidade e produção do item no município.

## **5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO**

5.1. A entrega dos alimentos deverá ser efetuada em local indicado pela SEMAGRI, no horário das 08h00min às 13h00min.

5.2. As entregas deverão ser semanais, conforme quantitativo estipulado em cronograma enviado previamente pela secretaria (comunicando aos produtores ou cooperativas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias).

5.3. As quantidades solicitadas deverão ser entregues de forma integral, conforme quantidade e especificações pactuadas, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

## **6. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (Decreto Nº 6.594/2025 Art. 14) E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA**

6.1. O valor orçado para a contratação constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pela SEMAGRI com base na tabela de preço disponibilizada mensalmente pela CONAB. (Em anexo ao processo)

6.2. A despesa decorrente de eventual contratação ocorrerá por conta dos recursos consignados a Secretaria Municipal de Agricultura, conforme convênio Aquisição de Alimentos – PAA- (Conv. Nº 10/2025PGE- SEAGRI) e Recursos Próprios Apoio ao PAA - elemento de despesa 33.90.32.00 (material, bem, ou serviço para distribuição gratuita).

## **7. RECEBIMENTO DO OBJETO (L 4.563/2025, Decreto Nº 6.594/2025)**

7.1. Em conformidade com a Lei do PAA Municipal de Rolim de Moura o objeto será recebido provisória e definitivamente mediante a emissão de Termos de Recebimento, após a verificação da conformidade/adequação e consequente aceitação pelo servidor designado como fiscal.

7.2. O objeto será rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituído no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar da notificação recebida, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. Caso se verifique que não se mostra possível a adequação do objeto ou que, mesmo depois de concedido prazo para substituições, não foi alcançado o resultado esperado, será cabível a rescisão unilateral, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais.

## **8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Decreto Nº 6.594/2022 Art. 13, 14, 15 e 16)**

8.1. O pagamento será efetuado de acordo com a parcela executada, através de ordem bancária e transferência em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada.

8.2. As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade.

8.3. O pagamento será realizado pela SEMAGRI para os produtores individuais e cooperativas e dar-se-á por meio de transferência diretamente na conta bancária pertencente a organização dos agricultores;



8.4. A conta bancária dos produtores individuais e cooperativas deverá ser do tipo conta corrente e ser exclusiva para movimentação dos recursos do PAA Rolim de Moura, podendo ser de qualquer instituição financeira de sua escolha, devendo estar zerada (sem saldo) no ato da assinatura do contrato com a SEMAGRI;

8.5. O pagamento será realizado em até ao final de cada mês aos referente as entregas feitas neste, a partir do recebimento da prestação de contas na SEMAGRI;

8.6. A existência de pendências na prestação de contas cancelará a contagem do prazo estabelecido no item anterior, iniciando-se a contagem a partir do recebimento na SEMAGRI da documentação que regulariza as inconsistências;

8.7. Os custos operacionais de transporte, armazenamento, beneficiamento ou processamento não ficarão a cargo da SEMAGRI.

8.8. O produtor individual e cooperativas deverão manter arquivados os documentos que comprovem os pagamentos efetuados aos agricultores fornecedores e o registro do acordo da política de descontos adotada para o transporte, armazenamento, beneficiamento ou processamento, por um prazo mínimo de 10 (dez) anos;

8.9. Para o recebimento dos recursos (pagamento) referentes aos produtos fornecidos pelo produtor individual e cooperativas deverá estar com as certidões da fase de habilitação em dia, bem como as demais certificações específicas para produtos orgânicos/agroecológicos, os alvarás sanitários e registros pertinentes para os produtos industrializados/processados/beneficiados;

#### **9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Decreto Nº 6.594/2025 Art. 25 e 26)**

9.1. O repasse dos produtos objeto deste termo serão suspensos, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação em vigor, quando comprovada manipulação indevida das informações relativas aos elementos dispostos no artigo 3º da Lei nº 4.563, de 08 de abril de 2025, observando o devido processo legal com garantia à ampla defesa e contraditório.

9.2. Além da suspensão de entrega, haverá a instauração de procedimento administrativo para regularização das informações e reparação do dano, sem prejuízo das demais medidas legais aplicáveis aos responsáveis.

9.3. Se constatada a ocorrência de irregularidade na execução do PAA Rolim de Moura que ocasione entrega de produtos indevidos aos beneficiários deste Programa, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais, caberá à SEMAGRI:

I - Promover o cancelamento dos benefícios resultantes do ato irregular praticado pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

II - Instaurar a sindicância, ou processo administrativo disciplinar relativo ao servidor público ou ao agente responsável, quando houver prestação de declaração falsa para enquadramento do beneficiário.

9.4. Demais infrações e suas respectivas penalidades.

#### **10. HABILITAÇÃO (L 4.563, ART. 2º)**

10.1. A habilitação dos proponentes será realizada de acordo com o estabelecido no art. 2º da Lei nº 4.563, de 08 de abril de 2025.

10.2. Por tratar-se de contratação que não envolve maior complexidade, torna-se desproporcional o cumprimento de requisitos muito elaborados. Portanto, na presente contratação as exigências limitam-se à comprovação de regularidade jurídica, fiscal e trabalhista das cooperativas e a regularidade da inscrição estadual para os produtores individuais.

10.3. Com base no decreto nº 6.594/2025, 10 (dez) dias após a publicação do edital de chamada pública, deverão ser entregues as documentações do credenciamento e habilitação.

**11. DA FISCALIZAÇÃO (L 4.563/2025 Art. 7º e Decreto Nº 6.594/2022 Art. 22 e 23)**

11.1. A fiscalização será realizada pelo Comitê Gestor Municipal do PAA Rolim de Moura e Comissão de fiscalização referente ao convênio “Aquisição de Alimentos – PAA- Cov. Nº 10/2025/PGE-SEAGRI, ” e Recursos Próprios a qualquer tempo, sendo ela completa ou por amostragem, nas Organizações Fornecedoras, Unidades Recebedoras, Agricultores Fornecedores, Beneficiários Consumidores e demais envolvidos na operacionalização da Proposta de Venda.

11.2. Na fiscalização e acompanhamento da execução contratual, o fiscal atenderá as disposições constantes da Lei Geral de Licitações.

**12. CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

12.1. Para efeito de classificação, será considerada habilitada a Proposta de Venda a qual deverá ser entregue no setor de compras e licitações e-mail; [cpl@rolimdemoura.ro.gov.br](mailto:cpl@rolimdemoura.ro.gov.br) no prazo estipulado no edital, com a apresentação de toda documentação. A falta de qualquer um dos documentos ali relacionados acarretará na desabilitação da Proposta.

12.2. Para as Propostas de Vendas habilitadas das Cooperativas, a classificação será feita de acordo a pontuação alcançada, em ordem decrescente, conforme somatório dos critérios a seguir:

a) Participação das Mulheres:

- Propostas entre 90% a 100% de mulheres (10 pontos);
  - Propostas entre 60% a 89% de mulheres (08 pontos);
  - Propostas abaixo de 60 % de mulheres (06 pontos);
- b) Participação de Assentados do Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF) e do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) – anexar comprovação:
- Propostas entre 90% a 100% de Assentados (10 pontos);
  - Propostas entre 60% a 89% de Assentados (08 pontos);
  - Propostas abaixo de 60 % de Assentados (06 pontos);
- c) Valores das Propostas de Vendas:
- Propostas com valores até R\$ 20 mil reais (10 pontos);
  - Propostas com valores entre R\$ 21 a R\$ 30 mil reais (09 pontos);
  - Propostas com valores entre R\$ 31 a R\$ 40 mil reais (08 pontos);
  - Propostas com valores entre R\$ 41 a R\$ 50 mil reais (07 pontos);
  - Propostas com valores entre R\$ 51 a R\$ 100 mil reais (06 pontos);
  - Propostas com valores entre R\$ 101 a R\$ 200 mil reais (05 pontos);
  - Propostas com valores entre R\$ 201 a R\$ 300 mil reais (04 pontos);
- d) Produtos orgânicos ou agroecológicos – anexar comprovação:
- Propostas com 100% de orgânicos e/ou agroecológicos (10 pontos);
  - Propostas com não orgânicos (06 pontos)
- 12.3. Critérios de Desempate:
- 1º Menor valor de per capita por Beneficiário Fornecedor;
  - 2º Brevidade da entrega da Proposta de Venda no setor de compras e licitações e-mail; cpl@rolimdemoura.ro.gov.br.
- 12.4. Para classificação dos agricultores familiares individuais, aptos a fornecerem produtos ao PAA- Rolim de Moura, a seguinte pontuação:

Item	Critério	Indicador	Documento a ser apresentado	Pontos
1	Agricultores iniciantes	Inscrição estadual (IE) de produtor feita a menos de um ano	IE emitida em consulta pública à REDESIN	10
2	Agricultores familiares	Agricultores que já participaram do PAA	Contratos assinados ou declarações emitidas pelo órgão responsável	9
3	Produtor inscrito no Cad. Único	Agricultores familiares inseridos no CadÚnico	Folha V7	9
4	Gênero	Mulheres trabalhadoras rurais pronaianas	Extrato DAP/CAF	8
5	Idade	Jovens com idade inferior à 29 anos	RG do produtor	8
		Idosos com idade superior à 60 anos	RG do produtor	8

<b>6</b>	Agricultores familiares	Agricultores familiares não inseridos em nenhum dos critérios acima	Inscrição estadual como produtor rural	1
----------	-------------------------	---	--	---

Obs. Para os indicadores pontuados enviar comprovação.

12.5. Em caso de empate dos produtores individuais, os critérios de desempate serão:

12.5.1. Idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada;

12.5.2. Tempo de experiência, dando-se preferência aos que possuírem menor tempo na atividade agrícola comprovado através da inscrição estadual como produtor rural.

12.5.3. Caso permaneça empatado, realizar-se-a sorteio em plataforma online específica para sorteio.

### **13. DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO DOS FORNECEDORES**

13.1. Os beneficiários fornecedores deverão ser selecionados por meio de Chamada Pública de credenciamento realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, por meio do Setor de Compras e Licitações.

13.2. Nesse sentido, os beneficiários fornecedores, conforme definição do artigo 17º e 18º do decreto municipal nº 6.594/2025 deverão entregar todos os documentos, bem como DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO PARA AS COOPERATIVAS ou DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

PARA PRODUTOR INDIVIDUAL, no setor de compras e licitações e-mail; cpl@rolimdemoura.ro.gov.br.

13.3. Diante disso, apresentados os referidos documentos, estarão habilitadas os produtores individuais e cooperativas no PAA – Rolim de Moura.

13.4. Com base nesses documentos será realizada uma análise objetiva observando-se a pontuação que consta no item CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

#### **13.5. Da quantidade de fornecedores a serem beneficiados**

13.5.1. Conforme disposto no Decreto Nº 6.594/2025, art. 14, valor anual máximo a que se refere o artigo 09 da Lei nº 4.563, de 08 de abril de 2025, por unidade familiar, será conforme a disponibilidade orçamentária da SEMAGRI, até o limite estabelecido no PAA Federal, sendo definido que o valor anual destinado a cada produtor será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), com isso será credenciados produtores sucessivamente conforme classificação, até que seja abrangido o recurso destinado para este processo, em caso de não preenchimento de todas as vagas, aceitar-se-á proposta de cooperativas com valor referente ao ocioso das vagas remanescentes. Produtores cadastrados de forma individual estarão automaticamente desabilitados para cadastro via cooperativa.

### **14. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO – PRESTAÇÃO DE CONTAS**

14.1. Compete ao CONTRATADO: Executar o objeto contratado na qualidade e forma exigidas no presente termo, cumprindo os prazos e condições estabelecidas;

14.2. Proceder a entrega dos alimentos, devidamente embalados, de forma a não serem danificados durante a operação de transporte e de carga e descarga;

14.3. Entregar os alimentos sempre dentro dos prazos de validades legais, se houver;

14.4. Atender prontamente as solicitações do contratante acerca do fornecimento contratado e prestar os esclarecimentos que forem necessários;

14.5. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes na entrega dos itens, inclusive quanto às redes de serviços públicos, estendendo-se essa responsabilidade até a assinatura do “Termo de Recebimento Definitivo” e a integral liquidação de indenização acaso devida a terceiros;

14.6. Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes do fornecimento, inclusive

frete e tributos e quaisquer outras que forem devidas;

14.7. Responsabilizar-se também pelo pagamento de seguros, impostos, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos itens, inclusive licença em repartições públicas e registros, se necessário;

14.8. Comunicar à Administração da Prefeitura Municipal de Rolim de Moura – RO, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, além de prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

14.9. Manter, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no certame; os casos excepcionais serão avaliados pelo CONTRATANTE, que decidirá motivadamente.

14.10. As Cooperativas deverão apresentar mensalmente o relatório de pagamento, informando o repasse aos agricultores associados partícipes da proposta de venda.

## **15. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

15.1. **São também responsabilidades e obrigações do CONTRATANTE:**

15.2. Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, por intermédio do fiscal designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de fatos que, a seu critério, exijam a adoção de medidas por parte do CONTRATADO;

15.3. Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo CONTRATADO;

15.4. Permitir livre acesso dos funcionários do CONTRATADO aos documentos e locais relacionados à execução do objeto, observadas as normas de segurança pertinentes;

15.5. Proporcionar todas as facilidades para que o CONTRATADO possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;

15.6. Realizar rigorosa conferência das características dos itens entregues, pela Comissão de Recebimento designada, somente atestando os documentos da despesa quando comprovada a entrega total, fiel e correta do objeto contratado, ou de parte da entrega a que se referirem;

15.7. Rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;

15.8. Assegurar que as obrigações descritas neste instrumento somente sejam realizadas pelo CONTRATADO, sendo vedada a interveniência de terceiros estranhos ao contrato, salvo se autorizado prévia e expressamente;

15.9. Certificar-se do atendimento às exigências elaboradas para a presente contratação, condicionantes da formalização do contrato;

15.10. Zelar pelo cumprimento das obrigações das partes, constantes nos documentos que precedem e integram o contrato, mesmo as não transcritas no documento hábil para contratação;

15.11. Efetuar a publicação do termo contratual na forma da lei;

15.12. Efetuar o pagamento na forma convencionada neste termo e no Instrumento Convocatório.

15.13. **Das obrigações sociais comerciais e fiscais do contratado (quando for o caso)**

15.14. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o CONTRATANTE;

15.15. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no decorrer do fornecimento ou do desempenho dos serviços, ou mesmo em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do CONTRATANTE;

15.16. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

15.17. A inadimplência do CONTRATADO, com referência aos encargos estabelecidos nesta cláusula, não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste contrato, razão pela qual o CONTRATADO renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

**16. DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.

16.2. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico, reputando-se válidas as enviadas em correio eletrônico (e-mail) incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

16.3. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

Rolim de Moura/RO, 11 de julho de 2025

---

UENDER ARPINE NOGUEIRA  
Secretário Municipal de Agricultura

**APÊNDICE I – DO TERMO DE REFERÊNCIA****LISTA DE PRODUTOS E VALORES**

<b>ITEM</b>	<b>PRODUTO</b>	<b>UNIDADE DE COMERCIALIZAÇÃO.</b>	<b>PREÇO (R\$).</b>
1	ABACATE	KG	11,31
2	ABACAXI	KG	8,33
3	ABÓBORA CABOTIÃ	KG	4,26
4	ABÓBORA CAIPIRA/COMUM	KG	4,26
5	ABÓBORA MADURA/SECA	KG	4,21
6	ABÓBORA MORANGA	KG	5,05
7	ABOBRINHA VERDE	KG	5,18
8	AÇAFAZO BENEFICIADO	KG	46,21
9	ALFACE	KG	18,54
10	ALFACE HIDROPÔNICA	KG	21,73
11	ALMEIRÃO	KG	18,49
12	AMENDOIM COM CASCA	KG	20,45
13	AMENDOIM DESCASCADO	KG	25,99
14	ARROZ BENEFICIADO TIPO 1	KG	6,40
15	BANANA DA TERRA (FRITAR)	KG	8,97
16	BANANA MAÇÃ	KG	7,32
17	BANANA NANICA	KG	6,90
18	BANANA PRATA	KG	8,72
19	BATATA DOCE	KG	5,48
20	BERINJELA	KG	6,50
21	BETERRABA	KG	6,47
22	BISCOITO DE COCO	KG	40,39
23	BISCOITO POLVILHO	KG	36,05
24	BOLACHA CASEIRA DE POLVILHO	KG	27,23
25	BOLO CASEIRO DE FUBÁ	KG	24,67
26	BOLO CASEIRO DE MANDIOCA	KG	24,23
27	BROA DE FUBÁ	KG	25,91
28	CAFÉ TORRADO E MOÍDO	KG	36,35
29	CARÁ	KG	11,90
30	CARNE BOVINA (CHARQUE)	KG	44,04
31	CARNE SUÍNA DE PRIMEIRA	KG	19,35
32	CASTANHA DO BRASIL COM CASCA	KG	16,78

33	CASTANHA DO BRASIL SEM CASCA À VÁCUO	KG	75,24
34	CEBOLA	KG	6,64
35	CEBOLINHA VERDE	KG	37,08
36	CENOURA	KG	7,15
37	COCO VERDE	DÚZIA	45,44
38	COENTRO	KG	42,42
39	COLORAU	KG	21,58
40	COUVE	KG	20,90
41	DOCE DE BANANA	KG	19,07
42	DOCE DE GOIABA	KG	19,50
43	DOCE DE LEITE	KG	27,42
44	FARINHA DE MANDIOCA (SECA)	KG	8,95
45	FEIJÃO CARIOCA TIPO I	KG	7,51
46	FEIJÃO DE PRAIA	KG	7,20
47	FEIJÃO PRETO TIPO I	KG	8,91
48	FEIJÃO VERDE DEBULHADO	KG	26,76
49	FRANGO CAIPIRA (ABATIDO)	KG	23,96
50	FRANGO CAIPIRÃO (ABATIDO)	KG	23,96
51	FRANGO DE GRANJA (ABATIDO)	KG	11,67
52	FUBÃ DE MILHO	KG	4,85
53	GOIABA FRUTA	KG	10,38
54	INHAME	KG	12,20
55	IOGURTE	LITRO	15,99
56	JILÓ	KG	10,46
57	LARANJA PERA	KG	6,80
58	LEITE DE VACA PASTEURIZADO	LITRO	5,55
59	LIMÃO GALEGO	KG	6,50
60	LIMÃO ROSA	KG	4,87
61	LIMÃO TAITI	KG	5,93
62	MAMÃO COMUM/CAIPIRA	KG	7,26
63	MAMÃO HAVAI/PAPAIA	KG	7,43
64	MANDIOCA COM CASCA	KG	4,74
65	MANDIOCA DESCASCADA À VÁCUO	KG	7,54



66	MANTEIGA	KG	46,43
67	MARACUJÁ (FRUTOS)	KG	12,16
68	MAXIXE	KG	9,08
69	MEL DE ABELHA	KG	69,94
70	MELADO DE CANA	KG	38,13
71	MELANCIA	KG	3,95
72	MELÃO AMARELO	KG	7,49
73	MILHO VERDE EM ESPIGA SEM PALHA	KG	9,37
74	OVOS DE CODORNA	DÚZIA	4,39
75	OVOS DE GALINHA (CAPIRA)	DÚZIA	13,59
76	OVOS DE GALINHA (GRANJA)	DÚZIA	10,14
77	PAMONHA	KG	21,72
78	PÃO DE ABÓBORA	KG	25,08
79	PÃO DE MANDIOCA	KG	22,20
80	PEIXE PINTADO INTEIRO FRESCO	KG	24,59
81	PEIXE PIRARUCU INTEIRO FRESCO	KG	18,61
82	PEIXE TAMBAQUI INTEIRO FRESCO	KG	17,48
83	PEPINO	KG	5,79
84	PIMENTA DE CHEIRO	KG	23,70
85	PIMENTÃO VERDE	KG	10,96
86	POLPA DE ARAÇÁ	KG	14,00
87	POLPA DE ABACAXI	KG	25,33
88	POLPA DE AÇAÍ	KG	23,58
89	POLPA DE ACEROLA	KG	18,37
90	POLPA DE CACAU	KG	21,71
91	POLPA DE CAJÁ	KG	32,18
92	POLPA DE CAJU	KG	21,64
93	POLPA DE CUPUAÇU	KG	21,97
94	POLPA DE GOIABA	KG	22,08
95	POLPA DE GRAVIOLA	KG	28,04
96	POLPA DE MARACUJÁ	KG	39,04
97	POLPA DE TAMARINDO	KG	21,81
98	QUIABO	KG	9,19
99	RABANETE	KG	15,51
100	RAPADURA	KG	28,26
101	REPOLHO	KG	5,80



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

102	REQUEIJÃO DE CORTE	KG	52,65
103	RÚCULA	KG	19,42
104	SALSA	KG	44,32
105	TANGERINA MORGOTE	KG	10,59
106	TANGERINA MEXERICA	KG	11,62
107	TANGERINA PONKAN	KG	9,00
108	TOMATE	KG	7,55
109	TOMATE CEREJA	KG	25,67
110	VAGEM	KG	20,18


\* Produtos orgânicos com acréscimo de 30% no preço, nos termos do §2, do Art. 10, da Resolução nº 3/2023, do Grupo Gestor no



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO II**

**PROPOSTA DE VENDA – PRODUTOR INDIVIDUAL**

 <b>ESTADO DE RONDÔNIA</b> <b>PODER EXECUTIVO</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA</b> <b>SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA</b>	<b>PROPOSTA DE VENDA – PRODUTOR INDIVIDUAL</b>	Valor (R\$)
1. IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR INDIVIDUAL		
<b>Nome do Produtor Individual:</b>		<b>CPF:</b>



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

<b>Endereço Completo:</b> <i>(rua, bairro, linha, lote, gleba, ramal, comunidade, CEP, município)</i>		<b>Telefone de Contato:</b>	
<b>Caracterização Do Produtor Individual:</b> <i>(se são agricultores, pecuaristas, extrativistas, sem terras, quilombolas ou assentados da reforma agrária; quais os produtos agropecuários produzidos; como é feita a comercialização desses produtos; qual a estrutura (possui sede, armazém, trator, caminhão, agroindústria); qual a experiência em programas governamentais, etc).</i>			
<b>2. DADOS BANCÁRIOS DO PRODUTOR INDIVIDUAL</b>			
Nome do Banco	Nº da Agência	Nº da Operação <i>(se for o caso)</i>	Nº da Conta:



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**3. RELAÇÃO DOS PRODUTOS QUE SERÃO FORNECIDOS PELO PRODUTOR INDIVIDUAL**

<b>Produto:</b> <i>(Se for o caso, informar se for orgânico/agroecológico)</i>	<b>Unidade de Comercialização:</b> <i>(kg, litro, dúzia)</i>	<b>Preço Unitário:</b> <i>(R\$)</i>	<b>Quantidade:</b>	<b>Valor Total:</b> <i>(R\$)</i>
1.				
2.				
3.				
		<b>Valor Global dos Produtos:</b> <i>(Igual à soma dos valores dos produtos)</i>		

**4. INFORMAÇÕES ESPECÍFICAS**



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**Descrever os procedimentos de entrega dos produtos aos beneficiários consumidores:** *a periodicidade (semanal, quinzenal, mensal); o tipo de veículo (caminhão, camionete, moto, etc) em que serão transportados os produtos; se o veículo é próprio, alugado ou cedido; o tipo de acondicionamento dos produtos (caixas de plástico, caixas de madeira, caixas térmicas, sacos, sacolas, a granel, etc);*

**Observações:** *(se for o caso)*

**5. ASSINATURAS PRODUTOR INDIVIDUAL**

Rolim de Moura - RO, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025


PRODUTOR INDIVIDUAL



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO III**

**PROPOSTA DE VENDA - COOPERATIVA**

	<b>PROPOSTA DE VENDA</b>	<b>Valor (R\$)</b>
<b>Nome da Organização Fornecedora</b> <i>(Associação/Cooperativa)</i>	<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço Completo:</b> <i>(rua, bairro, linha, lote, gleba, ramal, comunidade, CEP,</i>	<b>Telefone de Contato:</b>	



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Nome do Banco	Nº da Agência	Nº da Operação	Nº da Conta:

Nome do Representante	Cargo	Nº do CPF:	Nº da Identidade:	Órgão
	Presidente			
	Vice-Presidente			
	Tesoureiro			

**Caracterização da Organização Fornecedora:** *(registrar de forma clara e objetiva quem é essa Associação/Cooperativa? Quando foi fundada? Qual sua missão? Qual o perfil dos sócios, se são agricultores, pecuaristas, extrativistas, sem terras, quilombolas ou assentados da reforma agrária? Quais os produtos agropecuários produzidos pelos associados? Como é feito a comercialização desses produtos? Qual a estrutura da Associação (possui sede, armazém, trator, caminhão, agroindústria? Qual a experiência da Associação em programas governamentais?)*





<b>Nome do Fornecedor n° 1:</b>		<b>Sexo:</b>  (    ) Masculino	<b>CPF</b>
<b>Endereço Completo:</b> <i>(rua, bairro, linha, lote, gleba, ramal, comunidade, CEP, município)</i>		<b>Categoria:</b> <i>(agricultor, assentado, quilombola, agroextrativista, ribeirinho, indígena)</i>	
		<b>Valor que entregará em produtos:</b> <i>(até R\$ 10.000,00)</i>	



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

<b>Nome do Fornecedor n° 2:</b>	<b>Sexo:</b>  (    ) Masculino	<b>CPF:</b>	<b>Categoria:</b> <i>(agricultor, assentado, indígena, quilombola, agroextrativista, ribeirinho)</i>	
<b>Endereço Completo:</b> <i>(rua, bairro, linha, lote, gleba, ramal, comunidade, CEP, município)</i>		<b>Valor que entregará em produtos:</b> <i>(até R\$ 10.000,00)</i>		
<b>N.º Total de Fornecedores:</b>		<b>Valor Global dos Fornecedores:</b> <i>(resultado da soma dos valores de cada fornecedor)</i>		
<b>Produto:</b>  <i>(informar se for orgânico ou agroecológico)</i>	<b>Unidade de Comercialização:</b>  <i>(kg, litro, dúzia)</i>	<b>Preço Unitário:</b>  <i>(R\$)</i>	<b>Quantidade:</b>	<b>Valor Total:</b>  <i>(R\$)</i>



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

	<b>Valor Global dos Produtos:</b> <i>(tem que ser igual ao valor global dos fornecedores)</i>			

**Observações:** *(se for o caso)*

68. Local e Data:



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO IV**

**DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PARA AS  
COOPERATIVAS**

- a) **Proposta de Venda** - devidamente assinada pelos representantes legais da Cooperativa (Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro) / proposta individual assinatura do produtor. O modelo da Proposta de Venda é o constante no ANEXO III;
- b) **Declaração de Responsabilidade** – é o Termo de Compromisso da Organização Fornecedora (Cooperativa) devidamente assinada pelos representantes legais (Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro) e por todos os agricultores partícipes da Proposta de Venda, conforme ANEXO VI;
- c) **Cópia do RG e do CPF dos representantes legais da Cooperativa** (Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro);
- d) **Cópia da Ata de fundação da Cooperativa e da atual gestão** – em ambos os casos a cópia deve ser da Ata que fora registrada em Cartório;
- e) **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) da Cooperativa** – é o Comprovante de Inscrição e Situação Cadastral emitido pela Receita Federal, que pode ser obtido no endereço eletrônico: [https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva\\_Solicitacao.asp](https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_Solicitacao.asp) ;
- f) **Cópia do Contrato Social** – exigido somente no caso de Cooperativa. Deve ser apresentado cópia do Contrato Social vigente;
- g) **Certidões negativas da Cooperativa para comprovar a adimplência fiscal e tributária**, sendo elas:
- g.1) **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** – pode ser emitida no site da Receita Federal através do link:  
<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CertidaoInternet/PJ/emitir/>;
- g.2) **Certidão Negativa de Tributos Estaduais** - pode ser emitida no site da Secretaria de Estado de Finanças (Sefin) através do link:  
<https://portalcontribuinte.sefin.ro.gov.br/Publico/certidaoNegativa.jsp>;
- g.3) **Certidão Negativa de Tributos Municipais** – pode ser emitida diretamente na Prefeitura ou no site da receita municipal, se for o caso.
- g.4) **Certidão trabalhista**



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

g.5) Certidão FGTS

h) **Para produtos orgânicos/agroecológicos** – caso a Proposta de Venda contemple um ou mais produtos orgânicos/agroecológicos, estes devem seguir a regulamentação contida na Lei N.º 10.831/2003 e Decreto N.º 6.323/2007. Estando o produto, nos termos da Lei, certificado por Auditoria, por Sistema Participativo de Garantia (OPAC) ou por Organização de Controle Social (OCS), o documento comprobatório deve ser apresentado à SEMAGRI em conjunto com a Proposta de Venda. Devendo, ainda, apresentar cópia da Declaração do Cadastro Nacional emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos agricultores fornecedores, que obrigatoriamente devem constar no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.

i) Cópia de comprovante de localização da sede da cooperativa atualizado.

j) Comprovantes dos critérios de pontuação.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO V**

**DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO/CREDENCIAMENTO PARA PRODUTOR INDIVIDUAL**

- a) Comprovantes dos critérios de pontuação.
- b) **Proposta de Venda** - devidamente assinada pelo produtor. O modelo da Proposta de Venda é o constante no ANEXO II;
- c) **Cópia do RG e do CPF;**
- d) Cópia da inscrição estadual ativa como produtor rural (pode ser emitida em consulta pública à REDESIN)
- e) Cópia de comprovante de residência atualizado;
- f) **Certidões negativas do produtor individual para comprovar a adimplência fiscal e tributária**, sendo elas:
  - f.1) **Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União** – pode ser emitida no site da Receita Federal através do link:  
<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PF/Emitir;>
  - f.2) **Certidão Negativa de Tributos Estaduais** - pode ser emitida no site da Secretaria de Estado de Finanças (Sefin) através do link:  
[https://portalcontribuinte.sefin.ro.gov.br/Publico/certidaoNegativa.jsp;](https://portalcontribuinte.sefin.ro.gov.br/Publico/certidaoNegativa.jsp)
  - f.3) **Certidão Negativa de Tributos Municipais** – pode ser emitida diretamente na Prefeitura ou no site da receita municipal, se for o caso.
- g) **Para produtos orgânicos/agroecológicos** – caso a Proposta de Venda contemple um ou mais produtos orgânicos/agroecológicos, estes devem seguir a regulamentação contida na Lei N.º 10.831/2003 e Decreto N.º 6.323/2007. Estando o produto, nos termos da Lei, certificado por Auditoria, por Sistema Participativo de Garantia (OPAC) ou por Organização de Controle Social (OCS), o documento comprobatório deve ser apresentado à SEMAGRI em conjunto com a Proposta de Venda. Devendo, ainda, apresentar cópia da Declaração do Cadastro Nacional emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), dos agricultores fornecedores, que obrigatoriamente devem constar no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO VI**

**TERMO DE RECEBIMENTO E ACEITABILIDADE**

**(Após o início das entregas de alimentos)**

Atesto que à (Unidade Fornecedora) \_\_\_\_\_,  
CNPJ \_\_\_\_\_, localizado (a) na linha \_\_\_\_\_, km  
\_\_\_\_\_, município de Rolim de Moura - RO, representado (a) pelo (a) Sr (a) abaixo  
qualificado e assinado, recebeu em \_\_\_\_/\_\_\_\_/20\_\_\_\_ os produtos abaixo relacionados:

<b>Produto</b>	<b>Unidade Comercialização (kg/litro/dúzia)</b>	<b>de Quantida de</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
<b>TOTAL</b>				

Nestes termos, os produtos entregues estão de acordo com a “Proposta de Venda/Participação” e  
totalizam o valor de R\$ \_\_\_\_\_.  
(\_\_\_\_\_).

Declaro, ainda, sob as penas da Lei (art. 299 do Código Civil), que o (s) produto (s) recebido (s)  
está (ão) de acordo com os padrões de qualidade aceitos por esta instituição, pelo (s) qual (is)  
concedemos a aceitabilidade.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Durante o recebimento dos alimentos, ocorreram as seguintes situações que gostaríamos de registrar:

---

---

---

---

**Assinaturas**

Rolim de Moura/RO, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

<hr/> _____  Representante da Organização Fornecedora/Produtor Individual  Cargo _____  _____  CPF _____  _____	<hr/> _____  Representante da SEMAGRI Cargo _____  _____  CPF _____  _____  Matrícula  _____  _____
---	---





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO VII**

**(Após o início das entregas de alimentos)**

<b>RELATÓRIO DE ENTREGA - COOPERATIVA</b>							<b>Nº Do Contrato:</b>
<b>Período de Entrega</b>		<b>Identificação da Organização Fornecedora (Razão Social e CNPJ)</b>					
<b>Nome do Agricultor Fornecedor</b>	<b>CPF</b>	<b>Produto</b>	<b>Quantidade (kg/litro/dúzia)</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>	<b>Data</b>	<b>Assinatura do Agricultor Fornecedor</b>
<b>Total da Entrega</b>							
<b>Local e Data</b>		<b>Nome Completo e Assinatura do Representante da Organização Fornecedora (Cooperativa)</b>					



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO VIII**

<b>RELATÓRIO DE ENTREGA – PRODUTOR INDIVIDUAL</b>					Nº Do Contrato:
Período de Entrega			Identificação do Produtor (Nome e CPF)		
<b>Data</b>	<b>Produto</b>	<b>Quantidade (kg/litro/dúzia)</b>	<b>Valor Unitário (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>	<b>Assinatura do Agricultor Fornecedor</b>
<b>Total da Entrega</b>					

Local e Data	Nome Completo e Assinatura do Produtor Individual
--------------	---



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

**ANEXO IX**

<b>RELATÓRIO DE PAGAMENTOS</b>					Nº Do Contrato:
Nº Da Nota Fiscal Referente a Este Relatório de		Identificação da Organização Fornecedora (Razão Social e CNPJ)			
<b>Nome do Agricultor Fornecedor</b>	<b>CPF</b>	<b>Valor Retido pela Cooperativa (R\$)*</b>	<b>Valor Repassado ao Agricultor (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>	<b>Assinatura do Agricultor Fornecedor</b>
<b>Totais</b>					
Local e Data		Nome Completo e Assinatura do Representante da Organização Fornecedora (Cooperativa)			

\*custos operacionais de transporte, armazenamento, beneficiamento ou processamento poderão ser deduzidos do valor a ser pago aos agricultores fornecedores.





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES**

Justificativa (descrever detalhadamente as razões pelas quais é necessária a alteração):	
Declaro que os demais documentos necessários ao registro correto da alteração foram atualizados e seguem em anexo.	
Local e Data	Nome e Assinatura do Representante da Cooperativa ou Produtor Individual:
Da análise	
Parecer:	
Local e Data	Nome e Assinatura do(a) representante da-SEMAGRI:



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

**ANEXO XI**

**INFRAÇÕES E PENALIDADES**

**I – DAS INFRAÇÕES/INCONFORMIDADES**

**1. São consideradas inconformidades por parte da Organização Fornecedora (Cooperativa):**

- a)** Constatação de armazenagem inadequada do produto realizado pela Cooperativa;
- b)** Constatação de que os produtos estão sendo entregues às Unidades Receptoras inscritas no projeto, porém em endereço diferente do definido no contrato: feirão do produtor rural, centro de triagem ou onde a secretaria indicar, sendo avisado previamente via meio oficial (e-mail ou ofício).
- c)** Constatação de que os produtos entregues não são conferidos (peso/quantidade/qualidade) pelo agricultor fornecedor ou pela Cooperativa;
- d)** Constatação de desconto nos pagamentos agricultores fornecedores a título de custos operacionais (transporte, armazenamento, beneficiamento ou processamento) sem prévio acordo formal entre agricultores e a Cooperativa;
- e)** Inexistência de comprovante de pagamento devidamente assinado pelo agricultor fornecedor ou de depósito bancário referente ao seu pagamento;
- f)** Não constatação de que, pelo menos, uma matéria-prima básica (produto *in natura*) é oriunda do agricultor fornecedor cadastrado na Proposta de Venda, nos casos de produtos processados/industrializados;
- g)** Confirmação da existência documentação falsa (Relatório de Entrega/Termo de Recebimento e Aceitabilidade/Nota Fiscal/Relatório de Pagamentos) ou com informação falsa;
- h)** Constatação de que o pagamento pelos produtos fornecidos não foi realizado aos respectivos agricultores fornecedores;
- i)** Recusa na autorização para a fiscalização;
- j)** A produção de alimentos processados/beneficiados em local diferente daquele informado no documento apresentado à SEMAGRI, quando da formalização da Proposta de Venda;
- k)** Entrega de produtos processados/beneficiados sem a documentação sanitária necessária;
- l)** Entrega de produtos fora da vigência da Proposta de Venda/Contrato
- m)** Obrigar a Unidade Receptora a ter custos financeiros não acordados para receber o produto;
- n)** O produto fornecido está sendo adquirido de terceiros;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

**o)** Vincular o ato de doação de alimentos a autoridades ou servidores públicos, de qualquer dos Poderes das três esferas administrativas, bem como a qualquer modalidade de veiculação eleitoral, em consonância com os princípios da impessoalidade e da moralidade, de forma a proteger a probidade administrativa, observada a legislação eleitoral.

**2. São consideradas inconformidades por parte do Agricultor Fornecedor:**

- a)** Constatação de armazenagem inadequada do produto pelo agricultor fornecedor;
- b)** Não confirmação das entregas pelo agricultor fornecedor ou constatação de que ele não produziu os produtos existentes no (s) relatório (s) de entrega em seu nome;
- c)** O produto fornecido está sendo adquirido de terceiros;
- d)** Recusa na autorização para a fiscalização;
- d)** Não constatação de que, pelo menos, uma matéria-prima básica (produto in natura) é oriunda da produção do agricultor fornecedor cadastrado na Proposta de Venda, nos casos de produtos processados/industrializados.
- f)** O produto fornecido está sendo adquirido de terceiros.

**II - DAS PROVIDÊNCIAS E PENALIDADES**

**1.** Em decorrência da inobservância do regramento do PAA ROLIM DE MOURA, poderão ser tomadas/aplicadas as seguintes providências/penalidades:

- a)** Recomendação de Boas Práticas;
- b)** Advertência, formal e por escrito;
- c)** Suspensão Cautelar do projeto;
- d)** Cancelamento do Projeto;
- e)** Devolução de recursos liberados utilizados indevidamente no âmbito da operação pactuada;
- f)** Denúncia ao Ministério Público Estadual;
- g)** Multa de:
  - g.1)** 0,5%, sobre o valor do Contrato;
  - g.2)** 5% sobre o valor do Contrato, nos casos de cancelamento proveniente de infrações;
- h)** Suspensão de contratar projetos com a SEMAGRI, por um prazo de até 2 (dois) anos.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

2. Como forma de resguardar a Administração Pública e o PAA ROLIM DE MOURA, serão passíveis de Suspensão Cautelar os projetos que tiverem quaisquer das inconformidades previstas nos subitens 1, 2 e 3, do item I, deste Anexo;

3. O cometimento reiterado de inconformidades na execução da Proposta de Venda/Contrato poderá ensejar no seu cancelamento.

**III - COMUNICAÇÃO AO INFRATOR E DOS RECURSOS DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS**

1. Quando da detecção de inconformidade no relatório de fiscalização da SEMAGRI, será verificado se o projeto é passível de suspensão, aplicando-a nos casos cabíveis. Em seguida, será instaurado procedimento de apuração no processo, indicando os fatos em que se baseia, cláusulas e normas violadas e infração praticada.

2. A SEMAGRI notificará a Cooperativa/Produtor Individual (AQUI TAMBÉM SERIA NECESSÁRIO CITA O PRODUTOR INDIVIDUAL?) para, querendo, oferecer defesa prévia e apresentar ou requerer a produção de provas no prazo de 10 (dez) dias úteis. Defesa prévia e produção de provas apresentados extemporaneamente não serão consideradas.

3. Independente da apresentação dos documentos anteriores, a SEMAGRI elaborará Relatório Preliminar no prazo de 10 (dez) dias úteis e intimará a Cooperativa/Produtor Individual para, querendo, apresentar as razões finais, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

4. O Relatório Preliminar conterá a análise das inconformidades detectadas, da defesa prévia, provas eventualmente apresentadas, providências e/ou penalidades a serem aplicadas, além dos atenuantes ou agravantes, descritos a seguir:

**a) Atenuantes:**

**a.1)** a inexistência de prejuízos ou riscos à Administração Pública;

**a.2)** regularização do ato que ensejou a abertura do procedimento administrativo para aplicação de sanções, se cabível, até a primeira decisão administrativa; e

**a.3)** outra circunstância relevante, anterior ou posterior à inconformidade verificada;

**b) Agravantes:**

**b.1)** reincidência;

**b.2)** a não regularização do ato que ensejou a abertura do procedimento administrativo para aplicação de sanções, se cabível, até a primeira decisão administrativa;

**b.3)** o descumprimento de obrigação com a obtenção de vantagens indevidas, de qualquer espécie, em benefício próprio ou de outrem, em decorrência da inconformidade; e





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

**b.4)** a não adoção de providências no sentido de evitar ou reparar atos lesivos, à Administração Pública ou a terceiros, dos quais tenha tomado conhecimento.

**5.** Apresentadas ou não as razões finais, a SEMAGRI, dentro do prazo de 10 (dez) dias corridos, elaborará o Relatório Final e o submeterá à Procuradoria para apreciação.

**6.** Após pronunciamento da área Jurídica, a SEMAGRI notificará a Cooperativa/Produtor Individual da sua decisão, contendo a motivação, providências e/ou penalidades aplicáveis, intimando-a para, querendo, interpor recurso administrativo (pedido de reconsideração) no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**7.** Apresentado o recurso administrativo, a SEMAGRI poderá reconsiderar a sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias corridos e comunicará a Cooperativa/Produtor Individual. Caso o recurso seja indeferido ou não seja apresentado no prazo concedido, a SEMAGRI aplica-se o disposto na decisão.

**8.** Deferido ou indeferido o recurso administrativo pela SEMAGRI, a Cooperativa/Produtor Individual será comunicada da decisão.

**9.** Os prazos estabelecidos nas comunicações serão contados a partir da ciência do comunicado ou divulgação oficial da decisão.

**10.** Em caso de aplicação de multa ou devolução de recurso recebido indevidamente, a SEMAGRI emitirá cobrança à Cooperativa/Produtor Individual. Após vencimento da guia de pagamento/recolhimento, o valor será corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ou outro índice que vier a ser instituído, acrescido de juros à razão de 1% (um por cento) ao mês, sem capitalização.

**11.** A Cooperativa/Produtor Individual deverá sempre apresentar sua defesa/recurso por meio de requerimento protocolado ou digitalizado e enviado por e-mail ([semagri@rolimdemoura.ro.gov.br](mailto:semagri@rolimdemoura.ro.gov.br)), no qual o recorrente exporá os fundamentos do seu pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

**12.** O não conhecimento do recurso não impede a SEMAGRI de rever de ofício (por iniciativa própria) o ato ilegal.

**13.** Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício (por iniciativa própria), quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da punição aplicada.

**14.** A revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.



**ESTADO DE RONDÔNIA  
PODER EXECUTIVO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

**ANEXO XII**

**TERMO DE COMPROMISSO DA ORGANIZAÇÃO FORNECEDORA**

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>
Nome da Associação ou Cooperativa:
CNPJ/CPF/

Eu \_\_\_\_\_, inscrito no CPF sob o nº \_\_\_\_\_ - \_\_\_\_\_, na condição de Presidente da Organização Fornecedora acima descrita, **declaro** sob as penas da lei:

1. Conhecer o Programa Municipal de Aquisição de Alimentos de Rolim de Moura (PAA ROLIM DE MOURA) e seus regulamentos (Lei nº 4.563/2025, Decreto nº 6.594/2025 e Chamada Pública SEMAGRI);
2. Que a Proposta de Venda, datada de \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025, apresentada à SEMAGRI como forma de acesso ao PAA ROLIM DE MOURA, foi construída com a participação dos agricultores fornecedores partícipes do projeto;
3. Que qualquer irregularidade constatada referente a nossa Proposta poderá ensejar sanções de natureza civil, penal e administrativa e que ao descumprir as regras do PAA ROLIM DE MOURA e da Chamada Pública SEMAGRI nº a Organização Fornecedora poderá ser excluída automaticamente do Programa.

**Dos Compromissos:**

A Organização fornecedora, nos termos da Lei, se compromete a:

1. Atender os regramentos do PAA ROLIM DE MOURA e da Chamada Pública SEMAGRI nº 00X/2025;
2. Cumprir a periodicidade de entregas dos produtos à(s) Unidade(s) Recebedora(s) estabelecido na Proposta de Venda apresentada na SEMAGRI;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

3. Orientar os agricultores fornecedores sobre os regramentos do PAA ROLIM DE MOURA desta Chamada Pública SEMAGRI

4. Guardar, em boa ordem e arquivado, todos os documentos relativos à execução da Proposta de Venda do PAA ROLIM DE MOURA por pelo menos 10 (dez) anos;

5. Não cometer as infrações/inconformidades listadas nos subitens 1 e 2, do item I, do anexo XI do termo de referência.

**Da Validade do Termo:**

1. O presente Termo de Compromisso tem validade até o fim da vigência da Proposta de Venda do PAA ROLIM DE MOURA, acima descrita, podendo ser rescindido por qualquer uma das partes mediante comunicação expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

2. A SEMAGRI poderá encerrar o presente Termo, caso a Organização Fornecedora não atenda as diretrizes do Programa.

\_\_\_\_\_ - RO, \_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Presidente da Organização Fornecedora

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Vice-Presidente da Organização Fornecedora

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Tesoureiro da Organização Fornecedora

Agricultores Partícipes da Proposta de Venda

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

**ANEXO XIII**

**MINUTA TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 000/2025.**

O **MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA –RO**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob n.º 04.394.805/0001-18, com sede no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Av. João Pessoa n.º 4478, por seu representante legal o Prefeito (a) Municipal, Senhor (a) ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 3768/2025 e em observância às disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Cooperação, decorrente do Chamamento Público n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1.DO OBJETO:** O presente Termo de Cooperação tem por objeto o **credenciamento do PRODUTOR** como **fornecedor de gêneros alimentícios** destinados ao **Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**, no âmbito do MUNICÍPIO, conforme as condições, especificações e demais disposições estabelecidas nos autos.

**2.OBRIGAÇÕES DO PRODUTOR:** Fornecer os alimentos de acordo com as especificações técnicas, quantidades, qualidade e cronograma estabelecidos pelo MUNICÍPIO;

2.1 Garantir que os produtos entregues estejam dentro do prazo de validade, em perfeitas condições de consumo e em conformidade com as normas de segurança alimentar e sanitária vigentes;

2.2 Comunicar imediatamente ao MUNICÍPIO qualquer fato ou circunstância que possa comprometer ou impedir o fornecimento regular dos produtos, incluindo atrasos, perdas de safra ou problemas logísticos;

2.3 Manter atualizada toda a documentação exigida para habilitação e permanência no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), nos termos do Decreto nº 6.594/2025 e demais normativas aplicáveis.

**3.OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:** O MUNICÍPIO, por meio dos órgãos competentes, compromete-se a: Efetuar o pagamento ao PRODUTOR pelos alimentos fornecidos, de acordo com os valores, prazos e demais condições estabelecidas nos autos, respeitado o limite de **R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por unidade familiar**, conforme disposto na legislação vigente do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA);

3.2 Promover o acompanhamento e a fiscalização da execução do presente Termo de Cooperação, assegurando que o fornecimento ocorra em conformidade com os padrões de qualidade e demais obrigações assumidas pelo PRODUTOR;

3.3 Disponibilizar ao PRODUTOR todas as informações e orientações necessárias para a correta execução do objeto deste Termo, incluindo cronogramas, locais de entrega, orientações sanitárias e quaisquer outros elementos técnicos relevantes.



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

**4.DA VIGÊNCIA:** Este Termo de Cooperação terá vigência de ... (meses) a partir da data de sua formalização, podendo ser prorrogado por acordo entre as partes.

**5.DA FISCALIZAÇÃO:** O MUNICÍPIO, por meio da Secretaria Municipal de Agricultura – SEMAGRI, designará servidor público para atuar como **Fiscal Designado**, com as seguintes atribuições:

- a) Realizar **vistorias periódicas** nas propriedades dos FORNECEDORES credenciados;
- b) Verificar **in loco** as condições de produção, armazenamento e transporte dos alimentos;
- c) Acompanhar o cumprimento dos **critérios de sustentabilidade** e das **boas práticas agrícolas**;
- d) Emitir **relatórios mensais de acompanhamento**, documentando suas observações e recomendações.

**5.1** O FORNECEDOR compromete-se a:

- a) Permitir o **acesso irrestrito dos fiscais** às áreas de produção, instalações, veículos e demais estruturas relacionadas à execução do objeto;
- b) Apresentar, sempre que solicitado, **documentos comprobatórios da origem dos produtos** fornecidos;
- c) Fornecer **informações técnicas sobre os métodos de cultivo e/ou processamento** utilizados;
- d) Corrigir **eventuais não conformidades** apontadas pela fiscalização, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**.

**5.2** Serão realizadas, no mínimo, as seguintes ações fiscalizatórias:

- a) **01 (uma) visita técnica inicial**, a ser realizada **antes do credenciamento**;
- b) **02 (duas) vistorias surpresa**, durante o período de vigência deste Termo;
- c) **01 (uma) auditoria documental trimestral**, com verificação de registros e conformidades administrativas.

**5.3** Em caso de **reincidência de irregularidades devidamente comprovadas**, o MUNICÍPIO poderá adotar as seguintes medidas, **isoladas ou cumulativas**:

- a) Aplicação de **sanções administrativas** previstas na legislação vigente;
- b) **Suspensão temporária** do credenciamento no âmbito do PAA;
- c) **Descredenciamento definitivo** do FORNECEDOR, com exclusão do programa.

**5.4** Todos os **custos decorrentes das ações fiscalizatórias** correrão por conta do MUNICÍPIO, **exceto** nos casos em que for comprovada **má-fé ou descumprimento contratual** por parte do FORNECEDOR, hipótese em que este responderá pelos encargos decorrentes.

**5.5** O FORNECEDOR deverá manter, de forma organizada e acessível à fiscalização, os seguintes **registros atualizados**:

- a) Notas fiscais de insumos;
- b) Controle de produção;
- c) Listas de transporte dos alimentos;
- d) Laudos de qualidade dos produtos, quando exigidos.

**Parágrafo Único:** A fiscalização dará atenção especial ao cumprimento dos dispositivos do **Art. 14 do Decreto nº 6.594/2025**, especialmente no que se refere aos **limites de aquisição por unidade familiar** e aos **critérios de distribuição dos alimentos**.

**6.DA ENTREGA:** A entrega dos alimentos deverá ser efetuada em local indicado pela SEMAGRI, no horário das 08h00min às 13h00min.

**6.1** As entregas deverão ser semanais, conforme quantitativo estipulado em cronograma enviado previamente pela secretaria (comunicando aos produtores ou cooperativas com antecedência mínima de 5 (cinco) dias).



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

6.2 As quantidades solicitadas deverão ser entregues de forma integral, conforme quantidade e especificações pactuadas, devendo também ser acondicionado adequadamente a fim de permitir completa segurança durante o transporte.

**6.3.** Os produtos fornecidos deverão atender aos seguintes **requisitos de acondicionamento, identificação e qualidade**:

- a) Estar **embalados de forma adequada**, conforme a natureza do alimento, utilizando:
  - Caixas de papelão resistentes;
  - Sacarias limpas e apropriadas ao tipo de produto; ou
  - Outras **embalagens compatíveis com o transporte e armazenamento seguro** dos alimentos.
- b) Estar **claramente identificados**, de forma visível e permanente, com as seguintes informações mínimas:
  - Nome do produto;
  - Data de produção e/ou colheita;
  - **Prazo de validade**, sendo exigido **mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias** para produtos processados.
- c) Estar **livres de contaminantes físicos, químicos e biológicos**, apresentando-se em **perfeitas condições de consumo humano**, conforme as normas da **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)** e demais legislações aplicáveis.

**7. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (Decreto Nº 6.594/2025 Art. 14) E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA:** O valor orçado para a contratação constará de Quadro Resumo de Preços elaborado pela SEMAGRI com base na tabela de preço disponibilizada mensalmente pela CONAB. (Em anexo ao processo)

7.1. A despesa decorrente de eventual contratação ocorrerá por conta dos recursos consignados a Secretaria Municipal de Agricultura, conforme convênio Aquisição de Alimentos – PAA- (Conv. Nº 10/2025PGESEAGRI) e Recursos Próprios Apoio ao PAA - elemento de despesa 33.90.32.00 (material, bem, ou serviço para distribuição gratuita).

**8. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (Decreto Nº 6.594/2022 Art. 13, 14, 15 e 16):**

8.1. O pagamento será efetuado de acordo com a parcela executada, através de ordem bancária e transferência em conta corrente indicada pelo Contratado, à vista da fatura/nota fiscal por ele apresentada, devidamente certificada.

8.2. As propostas apresentadas devem observar o princípio da anualidade.

8.3. O pagamento será realizado pela SEMAGRI para os produtores individuais e cooperativas e dar-se-á por meio de transferência diretamente na conta bancária pertencente a organização dos agricultores;

8.4. A conta bancária dos produtores individuais e cooperativas deverá ser do tipo conta corrente e ser exclusiva para movimentação dos recursos do PAA Rolim de Moura, podendo ser de qualquer instituição financeira de sua escolha, devendo estar zerada (sem saldo) no ato da assinatura do contrato com a SEMAGRI;



**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

8.5. O pagamento será realizado em até ao final de cada mês aos referente as entregas feitas neste, a partir do recebimento da prestação de contas na SEMAGRI;

8.6. A existência de pendências na prestação de contas cancelará a contagem do prazo estabelecido no item anterior, iniciando-se a contagem a partir do recebimento na SEMAGRI da documentação que regulariza as inconsistências;

8.7. Os custos operacionais de transporte, armazenamento, beneficiamento ou processamento não ficarão a cargo da SEMAGRI.

8.8. O produtor individual e cooperativas deverão manter arquivados os documentos que comprovem os pagamentos efetuados aos agricultores fornecedores e o registro do acordo da política de descontos adotada para o transporte, armazenamento, beneficiamento ou processamento, por um prazo mínimo de 10 (dez) anos;

8.9. Para o recebimento dos recursos (pagamento) referentes aos produtos fornecidos pelo produtor individual e cooperativas deverá estar com as certidões da fase de habilitação em dia, bem como as demais certificações específicas para produtos orgânicos/agroecológicos, os alvarás sanitários e registros pertinentes para os produtos industrializados/processados/beneficiados;

**9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Decreto Nº 6.594/2025 Art. 25 e 26):**

9.1. O repasse dos produtos objeto deste termo serão suspensos, sem prejuízo de outras sanções administrativas, civis e penais previstas na legislação em vigor, quando comprovada manipulação indevida das informações relativas aos elementos dispostos no artigo 3º da Lei nº 4.563, de 08 de abril de 2025, observando o devido processo legal com garantia à ampla defesa e contraditório.

9.2. Além da suspensão de entrega, haverá a instauração de procedimento administrativo para regularização das informações e reparação do dano, sem prejuízo das demais medidas legais aplicáveis aos responsáveis.

9.3. Se constatada a ocorrência de irregularidade na execução do PAA Rolim de Moura que ocasione entrega de produtos indevidos aos beneficiários deste Programa, sem prejuízo de outras sanções administrativas, cíveis e penais, caberá à SEMAGRI:

I - Promover o cancelamento dos benefícios resultantes do ato irregular praticado pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

II - Instaurar a sindicância, ou processo administrativo disciplinar relativo ao servidor público ou ao agente responsável, quando houver prestação de declaração falsa para enquadramento do beneficiário.

9.4. Demais infrações e suas respectivas penalidades.

**10. DISPOSIÇÕES GERAIS:** Fica vedada a transferência, no todo ou em parte, da execução da contratação.

10.1. As comunicações oficiais referentes à presente contratação poderão ser realizadas através de correio eletrônico, reputando-se válidas as enviadas em





**ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PODER EXECUTIVO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLIM DE MOURA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**

correio eletrônico (e-mail) incluído na proposta ou documentos apresentados pela empresa.

10.2. A ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário, sendo considerada válida, na ausência de confirmação, a comunicação na data do término do prazo de 2 (dois) dias úteis, contados a partir da data do seu envio.

**11.DO FORO:** Fica eleito o foro da Comarca de Rolim de Moura para dirimir os eventuais litígios e dúvidas que possam surgir.

Rolim de Moura/RO, 21/07/2025.

1

\_\_\_\_\_  
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO  
PREFEITO DO MUNICÍPIO

CONTRATADA

\_\_\_\_\_